

TC 027.837/2019-0

Tipo: Tomada de Contas Especial

Unidade jurisdicionada: Município de Atalaia do Norte - AM

Responsável: Nonato do Nascimento Tenazor (CPF: 474.287.162-68)

Advogado ou Procurador: não há

Interessado em sustentação oral: não há

Proposta: preliminar, de citação e audiência

INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada por Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em desfavor de Nonato do Nascimento Tenazor (CPF: 474.287.162-68), Prefeito Municipal de Atalaia do Norte (AM), nas gestões 2013-2016 e 2017-2020, em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por força do Programa Especial de Recuperação da Rede Física Escolar Pública - Reestfísica - TD, no exercício de 2014.

HISTÓRICO

2. Em 21/12/2018, com fundamento na IN/TCU 71/2012, alterada pela IN/TCU 76/2016 e DN/TCU 155/2016, o dirigente da instituição Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação autorizou a instauração da tomada de contas especial (peça 1). O processo foi registrado no sistema e-TCE com o número 2139/2018.

3. Os recursos repassados por FNDE à município de Atalaia do Norte - AM, no âmbito do Programa Especial de Recuperação da Rede Física Escolar Pública - Reestfísica - TD - exercício 2014, totalizaram R\$ 48.974,28 (peça 3).

4. O fundamento para a instauração da Tomada de Contas Especial, conforme consignado na matriz de responsabilização elaborada pelo tomador de contas, foi a constatação da seguinte irregularidade:

Não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos da União, por meio do Termo de Compromisso nº 30073/2014, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte/AM.

5. O responsável arrolado na fase interna foi devidamente comunicado e, diante da ausência de justificativas suficientes para elidir a irregularidade e da não devolução dos recursos, instaurou-se a tomada de contas especial.

6. No relatório (peça 15), o tomador de contas concluiu que o prejuízo importaria no valor original de R\$ 48.974,28, imputando-se a responsabilidade a Nonato do Nascimento Tenazor, Prefeito Municipal de Atalaia do Norte/AM, no período de 1/1/2013 a 31/12/2016 e 1/1/2017 a 31/12/2020, na condição de gestor dos recursos.

7. Em 13/8/2019, a Controladoria-Geral da União emitiu o relatório de auditoria (peça 16), em concordância com o relatório do tomador de contas. O certificado de auditoria e o parecer do dirigente do órgão de controle interno concluíram pela irregularidade das presentes contas (peças 17 e 18).

8. Em 22/8/2019, o ministro responsável pela área atestou haver tomado conhecimento das conclusões contidas no relatório e certificado de auditoria, bem como do parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno, manifestando-se pela irregularidade das contas, e determinou o



encaminhamento do processo ao Tribunal de Contas da União (peça 19).

ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS DE PROCEDIBILIDADE DA IN/TCU 71/2012

Apreciação do Prejuízo ao Contraditório e Ampla Defesa

8. Verifica-se que não houve o transcurso de mais de dez anos desde o fato gerador sem que tenha havido a notificação do responsável pela autoridade administrativa federal competente (art. 6º, inciso II, c/c art. 19 da IN/TCU 71/2012, modificada pela IN/TCU 76/2016), uma vez que o fato gerador da irregularidade sancionada ocorreu em 24/12/2017, haja vista que o vencimento do prazo para prestação de contas deu-se em 23/12/2017, e o responsável foi notificado sobre as irregularidades pela autoridade administrativa competente por meio do ofício acostado à peça 8, recebido em 5/1/2018, conforme AR (peça 9).

Valor de Constituição da TCE

9. Verifica-se, ainda, que o valor atualizado do débito apurado (sem juros) em 1/1/2017 é de R\$ 59.087,47, e que, **apesar de ser inferior ao limite de R\$ 100.000,00, somado ao débito apurado nos autos do TC 027.866/2019-0, no valor original de R\$ 49.024,43**, do mesmo responsável, o valor ultrapassa o limite de R\$ 100.000,00, na forma estabelecida conforme os arts. 6º, § 1º, e 19 da IN/TCU 71/2012, modificada pela IN/TCU 76/2016.

OUTROS PROCESSOS/DÉBITOS NOS SISTEMAS DO TCU COM OS MESMOS RESPONSÁVEIS

10. Informa-se que foi encontrado processo no Tribunal com o mesmo responsável:

Responsável	Processos
Nonato do Nascimento Tenazor	039.990/2019-2 (TCE, aberto), 033.980/2019-5 (TCE, aberto), 033.983/2019-4 (TCE, aberto) e 027.866/2019-0 (TCE, aberto)

11. Informa-se que foi encontrado débito imputável aos responsáveis em outras TCEs registradas no sistema e-TCE:

Responsável	TCEs
Nonato do Nascimento Tenazor	4564/2019 (R\$ 147.073,29) - Aguardando ajustes do instaurador

12. A tomada de contas especial está, assim, devidamente constituída e em condição de ser instruída.

EXAME TÉCNICO

13. Da análise dos documentos presentes nos autos, verifica-se que Nonato do Nascimento Tenazor (CPF: 474.287.162-68) era a pessoa responsável pela gestão e execução dos recursos federais recebidos à conta do Programa Especial de Recuperação da Rede Física Escolar Pública - Reestfísica - TD - exercício 2014, tendo o prazo final para apresentação da prestação de contas expirado em 23/12/2017.



14. Verifica-se que foi dada oportunidade de defesa ao agente responsabilizado na fase interna, em obediência aos princípios constitucionais que asseguram o direito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal), conforme detalhado no item “Análise dos Pressupostos de Procedibilidade da IN/TCU 71/2012”, subitem “Prejuízo ao Contraditório e Ampla Defesa”.

15. Entretanto, o responsável não apresentou justificativas suficientes para elidir as irregularidades e não recolheu o montante devido aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, razão pela qual sua responsabilidade deve ser mantida.

16. De acordo com as análises empreendidas nesta fase instrutória, as irregularidades descritas no relatório do tomador, bem como as respectivas condutas identificadas, que deram origem a esta TCE, podem ser melhor descritas da forma que se segue. A estrutura adotada nesta instrução reflete a matriz de responsabilização (peça 22):

16.1. **Irregularidade 1:** não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados ao município de Atalaia do Norte - AM, em face da omissão no dever de prestar contas dos valores transferidos, no âmbito do Programa Especial de Recuperação da Rede Física Escolar Pública - Reestfísica - TD, no exercício de 2014, cujo prazo encerrou-se em 23/12/2017.

16.1.1. Fundamentação para o encaminhamento:

16.1.1.1. Como restou caracterizada a omissão no dever de prestar contas, também se verificou a não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos objeto deste processo.

16.1.1.2. Nesse diapasão, cabe ressaltar que é pacífica a jurisprudência deste Tribunal no sentido de que compete ao gestor o ônus de provar a aplicação regular dos recursos que lhe foram confiados (Acórdãos 974/2018 -Plenário (Relator: Bruno Dantas), 511/2018 - Plenário (Relator: Aroldo Cedraz), 3875/2018 -Primeira Câmara (Relator: Vital Do Rêgo), 1983/2018 - Primeira Câmara (Relator: Bruno Dantas), 1294/2018 - Primeira Câmara (Relator: Bruno Dantas), 3200/2018 - Segunda Câmara (Relator: Aroldo Cedraz), 2512/2018 - Segunda Câmara (Relator: Aroldo Cedraz), 2384/2018 - Segunda Câmara (Relator: José Múcio Monteiro), 2014/2018 - Segunda Câmara (Relator: Aroldo Cedraz), 901/2018 - Segunda Câmara (Relator: José Múcio Monteiro), entre outros).

16.1.2. Evidências da irregularidade: documentos técnicos presentes nas peças 2 (comprovante de mandato eleitoral), 3 (ordem bancária), 4 (extratos bancários), 5 (termo de compromisso), 7 (parecer financeiro), 8 (notificação do responsável), 9 (comprovante de recebimento da notificação).

16.1.3. Normas infringidas: Constituição Federal art. 37, caput c/c o art. 70, parágrafo único; Art. 93 do Decreto-lei 200/67; Art. 20 da Resolução/CD/FNDE nº 24, de 02/07/2012.

16.1.4. Débito relacionado ao responsável Nonato do Nascimento Tenazor (CPF: 474.287.162-68):

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
3/7/2014	48.974,28

Valor atualizado do débito (sem juros) em 15/4/2020: R\$ 66.174,05

16.1.5. Cofre credor: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

16.1.6. **Responsável:** Nonato do Nascimento Tenazor (CPF: 474.287.162-68).

16.1.6.1. **Conduta:** não comprovar a boa e regular aplicação dos recursos repassados por meio do Termo de Compromisso nº 30073/2014, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o município de Atalaia do Norte/AM, quando estava obrigado a apresentar a prestação de contas até 23/12/2017.

16.1.6.2. Nexos de causalidade: a conduta descrita impediu o estabelecimento do nexos causal entre



as possíveis despesas efetuadas com os recursos recebidos, no âmbito do instrumento em questão, no exercício de 2014.

16.1.6.3. Culpabilidade: não há excludentes de ilicitude, de culpabilidade e de punibilidade; é razoável supor que o responsável tinha consciência da ilicitude de sua conduta; era exigível conduta diversa da praticada, qual seja, desincumbir-se do seu dever por meio da apresentação da prestação de contas no prazo e forma devidos.

16.1.7. Encaminhamento: citação.

16.2. **Irregularidade 2:** não cumprimento do prazo originalmente estipulado para prestação de contas do Programa Especial de Recuperação da Rede Física Escolar Pública - Reestfísica - TD, cujo prazo encerrou-se em 23/12/2017.

16.2.1. Fundamentação para o encaminhamento:

16.2.1.1. A omissão no dever de prestar contas no prazo devido configura grave infração à norma legal, nos termos do art. 8º da Lei 8.443/1992, bem como do art. 84 do Decreto-Lei 200/1967. Aliás, a inobservância do dever formal de prestar contas atenta contra o art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal.

16.2.1.2. Assim, cabe ao gestor cujo mandato coincidir com o vencimento do prazo para tal mister desincumbir-se desse dever jurídico apresentando formalmente toda a documentação exigida pela legislação a título de prestação de contas, em conformidade com o princípio da continuidade administrativa. Ainda que, hipoteticamente, não fosse o gestor dos recursos, sua responsabilidade não se afastaria, pois, na impossibilidade de fazê-lo, deveria adotar as medidas legais para o resguardo do patrimônio público, conforme a Súmula TCU 230.

16.2.1.3. Deixar de prestar contas quando se está obrigado a fazê-lo, no prazo e forma estabelecidos pela legislação, constitui irregularidade grave, nos termos da lei e da jurisprudência do TCU (Acórdão 6897/2018 - Segunda Câmara, Relator: Aroldo Cedraz; Acórdão 6730/2018 - Primeira Câmara, Relator: Benjamin Zymler; Acórdão 2628/2004 - Primeira Câmara, Relator: Augusto Sherman; Acórdão 5770/2009 - Primeira Câmara, Relator: Walton Alencar Rodrigues).

16.2.2. Evidências da irregularidade: documentos técnicos presentes nas peças 2 (comprovante de mandato eleitoral), 3 (ordem bancária), 4 (extratos bancários), 5 (termo de compromisso), 7 (parecer financeiro), 8 (notificação do responsável), 9 (comprovante de recebimento da notificação).

16.2.3. Normas infringidas: art. 37, caput, c/c o art. 70, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 93, do Decreto-lei 200/1967; art. 66, do Decreto 93.872/1986; Art. 20 da Resolução/CD/FNDE nº 24, de 02/07/2012.

16.2.4. **Responsável:** Nonato do Nascimento Tenazor (CPF: 474.287.162-68).

16.2.4.1. **Conduta:** descumprir o prazo originalmente estipulado para prestação de contas dos recursos federais recebidos à conta do instrumento em questão, o qual se encerrou em 23/12/2017.

16.2.4.2. Nexos de causalidade: a conduta descrita impediu o estabelecimento do nexos causal entre as possíveis despesas efetuadas com os recursos recebidos, no âmbito do instrumento em questão.

16.2.4.3. Culpabilidade: não há excludentes de ilicitude, de culpabilidade e de punibilidade; é razoável supor que o responsável tinha consciência da ilicitude de sua conduta; era exigível conduta diversa da praticada, qual seja, desincumbir-se do seu dever por meio da apresentação da prestação de contas no prazo e forma devidos.

16.2.5. Encaminhamento: audiência.

17. Em consulta ao sistema de gestão de prestação de contas (SIGPC) do FNDE, verifica-se que o responsável também não apresentou contas junto ao instaurador e continua inadimplente (peça 21).



18. Em razão das irregularidades apontadas encontrarem-se devidamente demonstradas, deve ser citado o responsável, Nonato do Nascimento Tenazor, para apresentar alegações de defesa e/ou recolher o valor total do débito quantificado, bem como ser ouvido em audiência para apresentar razões de justificativa em relação às irregularidades descritas anteriormente.

Prescrição da Pretensão Punitiva

19. Vale ressaltar que a pretensão punitiva do TCU, conforme Acórdão 1.441/2016-Plenário, Relator: Benjamin Zymler, que uniformizou a jurisprudência acerca dessa questão, subordina-se ao prazo geral de prescrição indicado no art. 205 do Código Civil, que é de dez anos, contado da data de ocorrência da irregularidade sancionada, nos termos do art. 189 do Código Civil, sendo este prazo interrompido pelo ato que ordenar a citação, a audiência ou a oitiva do responsável.

20. No caso em exame, a perspectiva de aplicação de penalidade ao responsável dificilmente será alcançada pela prescrição, uma vez que a irregularidade sancionada deu-se em 24/12/2017 e o ato de ordenação da citação muito provavelmente ocorrerá em prazo inferior a dez anos.

Informações Adicionais

21. Informa-se, ainda, que **não há delegação de competência** do relator deste feito, Benjamin Zymler, para a citação e audiência propostas, nos termos da portaria BZ 1, de 20/2/2019.

CONCLUSÃO

22. A partir dos elementos constantes nos autos e do exame das ocorrências descritas na seção “Exame Técnico”, foi possível definir a responsabilidade de Nonato do Nascimento Tenazor, e quantificar adequadamente o débito a ele atribuído, na forma dos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e II, do RI/TCU, bem como identificar as irregularidades que não possuem débito na forma dos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e III, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e III, do RI/TCU. Propõe-se, por conseguinte, que se promova a citação e a audiência do responsável.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

23. Diante do exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) realizar a **citação**, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e II, do RI/TCU, para que, no prazo de quinze dias, o responsável abaixo indicado, em decorrência das condutas praticadas, apresente alegações de defesa e/ou recorra, aos cofres especificados, a quantia abaixo indicada, atualizada monetariamente a partir da respectiva data até o efetivo recolhimento, abatendo-se na oportunidade a quantia eventualmente ressarcida, na forma da legislação em vigor, que geraram as irregularidades demonstradas a seguir:

Débito relacionado somente ao responsável Nonato do Nascimento Tenazor (CPF: 474.287.162-68), Prefeito Municipal de Atalaia do Norte/AM, no período de 1/1/2013 a 31/12/2016 e 1/1/2017 a 31/12/2020, na condição de gestor dos recursos.

Irregularidade: não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados ao município de Atalaia do Norte - AM, em face da omissão no dever de prestar contas dos valores transferidos, no âmbito do Programa Especial de Recuperação da Rede Física Escolar Pública - Reestfísica - TD, no exercício de 2014, cujo prazo encerrou-se em 23/12/2017.

23.1.1. Evidências da irregularidade: documentos técnicos presentes nas peças 2 (comprovante de mandato eleitoral), 3 (ordem bancária), 4 (extratos bancários), 5 (termo de compromisso), 7 (parecer financeiro), 8 (notificação do responsável), 9 (comprovante de recebimento da notificação).

Normas infringidas: Constituição Federal art. 37, caput c/c o art. 70, parágrafo único; Art. 93 do Decreto-lei 200/67; Art. 20 da Resolução/CD/FNDE nº 24, de 02/07/2012.

Cofre credor: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.



Valor atualizado do débito (sem juros) em 15/4/2020: R\$ 66.174,05

Conduta: não comprovar a boa e regular aplicação dos recursos repassados por meio do Termo de Compromisso nº 30073/2014, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o município de Atalaia do Norte/AM, quando estava obrigado a apresentar a prestação de contas até 23/12/2017.

Nexo de causalidade: a conduta descrita impediu o estabelecimento do nexos causal entre as possíveis despesas efetuadas com os recursos recebidos, no âmbito do instrumento em questão, no exercício de 2014.

Culpabilidade: não há excludentes de ilicitude, de culpabilidade e de punibilidade; é razoável supor que o responsável tinha consciência da ilicitude de sua conduta; era exigível conduta diversa da praticada, qual seja, desincumbir-se do seu dever por meio da apresentação da prestação de contas no prazo e forma devidos.

b) informar ao responsável que, caso venha a ser condenado pelo Tribunal, os débitos ora apurados serão acrescidos de juros de mora, nos termos do § 1º do art. 202 do RI/TCU;

c) esclarecer ao responsável, em obediência ao art. 12, § 2º, da Lei 8.443/1992, e ao art. 12, inciso VI, da Resolução TCU 170/2004, que o recolhimento tempestivo do débito somente sanará o processo caso seja reconhecida a sua boa-fé e não se constate outra irregularidade nas contas;

d) realizar a **audiência** do responsável abaixo indicado, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e III, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, incisos I e III, do RI/TCU, para que, no prazo de quinze dias, apresente razões de justificativa quanto as condutas praticadas que geraram as irregularidades demonstradas a seguir:

Responsável: Nonato do Nascimento Tenazor (CPF: 474.287.162-68), Prefeito Municipal de Atalaia do Norte/AM, no período de 1/1/2013 a 31/12/2016 e 1/1/2017 a 31/12/2020, na condição de gestor dos recursos e encarregado da apresentação da prestação de contas.

Irregularidade: não cumprimento do prazo originalmente estipulado para prestação de contas do Programa Especial de Recuperação da Rede Física Escolar Pública - Reestfísica - TD, cujo prazo encerrou-se em 23/12/2017.

23.1.2. Evidências da irregularidade: documentos técnicos presentes nas peças 2 (comprovante de mandato eleitoral), 3 (ordem bancária), 4 (extratos bancários), 5 (termo de compromisso), 7 (parecer financeiro), 8 (notificação do responsável), 9 (comprovante de recebimento da notificação).

Normas infringidas: art. 37, caput, c/c o art. 70, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 93, do Decreto-lei 200/1967; art. 66, do Decreto 93.872/1986; Art. 20 da Resolução/CD/FNDE nº 24, de 02/07/2012.

Conduta: descumprir o prazo originalmente estipulado para prestação de contas dos recursos federais recebidos à conta do instrumento em questão, o qual se encerrou em 23/12/2017

Nexo de causalidade: a conduta descrita impediu o estabelecimento do nexos causal entre as possíveis despesas efetuadas com os recursos recebidos, no âmbito do instrumento em questão.

Culpabilidade: não há excludentes de ilicitude, de culpabilidade e de punibilidade; é razoável supor que o responsável tinha consciência da ilicitude de sua conduta; era exigível conduta diversa da praticada, qual seja, desincumbir-se do seu dever por meio da apresentação da prestação de contas no prazo e forma devidos.

e) encaminhar cópia da presente instrução ao responsável, a fim de subsidiar a apresentação de suas alegações de defesa e razões de justificativa;



f) esclarecer ao responsável, em obediência ao art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, e ao art. 12, inciso VII, da Resolução TCU 170/2004, que o não atendimento à citação ou à audiência implicará revelia, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo.

SecexTCE,
em 15 de Abril de 2020.

(Assinado eletronicamente)
MARCELLO MAIA SOARES
AUFC – Matrícula TCU 3530-0